



O FEMINISMO ISLÂMICO ARGELINO E ABORDAGEM DECOLONIAL SOLIDÁRIA: ENTRE O SECULARISMO E O ISLÃ

ALGERIAN ISLAMIC FEMINISM AND THE DECOLONIAL SOLIDARITY APPROACH:
BETWEEN SECULARISM AND ISLAM

Jade Cassius*

Resumo: O estudo proposto examina o feminismo islâmico argelino à luz da abordagem decolonial solidária, questionando a hegemonia ocidental e as narrativas que perpetuam relações desiguais de poder. Analisa-se criticamente a influência do feminismo *mainstream* francês, que mantém vestígios coloniais no movimento feminista argelino e marginaliza perspectivas islâmicas. Ao explorar as tensões entre o secularismo feminista e os princípios islâmicos, evidencia-se o isolamento das mulheres muçulmanas em relação aos movimentos seculares e a importância de uma solidariedade que reconheça a diversidade e pluralidade das experiências femininas. A metodologia fundamenta-se em análise aprofundada de literatura acadêmica sobre colonialismo francês, contexto histórico e sociopolítico da Argélia, gênero, teoria decolonial, solidariedade feminista e feminismos islâmicos, enfatizando as tensões entre secularismo e tradição islâmica. O objetivo central é articular perspectivas decoloniais e solidárias acerca do gênero, refletindo sobre os impactos do colonialismo, a imposição do secularismo e os desafios enfrentados pelas tradições islâmicas no processo de emancipação feminina.

Palavras-chave: Feminismos islâmicos. Gênero. Decolonialidade. Solidariedade feminista.

Abstract: The proposed study examines Algerian Islamic feminism in light of the decolonial solidarity approach, questioning Western hegemony and narratives that perpetuate unequal power relations. It critically analyzes the influence of mainstream French feminism, which maintains colonial traces in the Algerian feminist movement and marginalizes Islamic perspectives. By exploring the tensions between feminist secularism and Islamic principles, it highlights the isolation of Muslim women from secular movements and the importance of solidarity that recognizes the diversity and plurality of women's experiences. The methodology is based on an in-depth analysis of academic literature on French colonialism, the historical and sociopolitical context of Algeria, gender, decolonial theory, feminist solidarity, and Islamic feminisms,

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: jadecassius.jc@gmail.com



emphasizing the tensions between secularism and Islamic tradition. The central objective is to articulate decolonial and solidarity perspectives on gender, reflecting on the impacts of colonialism, the imposition of secularism, and the challenges faced by Islamic traditions in the process of women's emancipation.

Keywords: Islamic feminisms. Gender. Decoloniality. Feminist solidarity.

INTRODUÇÃO

A colonização francesa na Argélia (1830–1962) produziu efeitos duradouros e profundos na configuração da sociedade argelina, com especial incidência sobre as mulheres e sujeitos de gênero dissidente. O aparato colonial impôs códigos culturais e sociais de matriz eurocêntrica, deslegitimando práticas locais e reconfigurando as relações de gênero. Com a independência, o movimento feminista argelino enfrentou o imperativo de redefinir sua ação em um quadro social ainda permeado por estruturas patriarcais.

O feminismo islâmico na Argélia surgiu como reação às limitações impostas pelo feminismo secular, apresentando-se como uma alternativa capaz de articular a fé islâmica com a luta pela igualdade de gênero. Esse movimento propõe a reinterpretação das fontes religiosas para promover justiça e equidade, à medida que desafia estruturas conservadoras arraigadas. A relação entre os feminismos islâmicos e a busca por justiça de gênero evidencia a necessidade de superar desigualdades históricas por meio de um feminismo contextualizado e progressista. Nesse contexto, a perspectiva decolonial solidária se mostra essencial para dismantlar as heranças coloniais que ainda permeiam o feminismo contemporâneo. Ao articular de forma conjunta a crítica à colonialidade e a prática da solidariedade entre mulheres, essa abordagem promove a integração de identidades culturais, religiosas e políticas diversas, favorecendo a construção de alianças feministas robustas.

O artigo organiza-se em três eixos centrais. O primeiro examina o impacto do colonialismo francês na Argélia, evidenciando como a imposição de valores eurocêntricos marginalizou práticas locais e reconfigurou as relações de gênero. O segundo analisa o movimento feminista argelino, em sua trajetória pré e pós-independência, bem como a emergência do feminismo islâmico, destacando a tensão entre secularismo e religiosidade. Por fim, o terceiro eixo examina a articulação entre decolonialidade e solidariedade feminista, com ênfase no feminismo islâmico argelino e



na proposição de uma perspectiva decolonial solidária. Tal perspectiva orienta-se para a construção de uma luta feminista inclusiva e para a afirmação de um futuro equitativo que contemple todas as mulheres argelinas.

COLONIALISMO FRANCÊS 1830–1962

O colonialismo, como problemática do mundo da maioria¹, submeteu o continente africano a normas culturais europeias e o explorou econômica e politicamente. Esse processo estruturou hierarquias de gênero que relegaram as mulheres a posições subalternas, associando-as à fragilidade e à submissão. No século XIX, colonizadores impuseram ideais de feminilidade que limitavam as mulheres ao espaço doméstico, enquanto os homens dominavam a esfera pública². Desde o século XVI, a Argélia serviu como base para o Império Otomano. A ocupação francesa começou em 1830, após um pretexto envolvendo o cônsul francês. Com a derrota otomana, o domínio colonial foi instaurado. A Argélia foi rebaixada à condição de colônia de povoamento, anexada violentamente ao Estado francês³.

Em sua conjuntura étnica, o território argelino era composto majoritariamente por árabes e povos *imazighen*⁴, com predominância da população muçulmana. A partir da invasão, a França iniciou a expropriação das terras da população autóctone, viabilizando o assentamento de colonos europeus. Os nativos que se recusavam a abdicar da identidade muçulmana eram privados do reconhecimento como cidadãos franceses, submetidos a um aparato estatal de coerção destinado a reprimir a população originária. Essa política consolidou um sistema institucional de desigualdade, aprofundando a cisão entre colonos e argelinos, e por isso suscitou uma intensa resistência local⁵.

¹ O termo teorizado por Partha Chatterjee reflete de maneira mais precisa a realidade vivida pela maioria da população global. Enfatiza-se a necessidade de substituir expressões como “terceiro mundo” ou “mundo em desenvolvimento” pelo conceito de “Maioria Mundial” ou “mundo da maioria”. CHATTERJEE, Partha. *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. New York: Columbia University Press, 2004. (Leonard Hastings Schoff memorial lectures). p. 10.

² KEISTER, Lisa A.; SOUTHGATE, Darby E. *Inequality: a contemporary approach to race, class, and gender*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2012. p. 228.

³ SAMPAIO, Thiago Henrique. Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 1, p. 132-154, jan./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02>.

⁴ Na língua *Tamazight*, falada pelos *Imazighen*, plural de *amazigh*, que significa 'povo livre'. São povos nativos do Norte da África. MINORITY RIGHTS GROUP. *Amazigh in Algeria*. Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/amazigh/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

⁵ SAMPAIO, 2019.



A França mobilizou um esforço coercitivo na Argélia, com métodos de subjugação e aniquilação identitária, entre os quais se destacam a imposição da língua francesa como idioma oficial, a adoção de um sistema educacional moldado nos padrões europeus e a aplicação de uma política de secularismo que reprimiu o Islã⁶. Ademais, os direitos políticos, incluindo o sufrágio, eram reservados exclusivamente aos cidadãos franceses. Isso consolidou a exclusão, aprofundou a desigualdade estrutural e restringiu severamente a mobilidade social da população muçulmana. Perante essa realidade, o despontar dos movimentos nacionalistas em 1930 foi impulsionado por estudantes argelinos que, regressando da França, organizaram a resistência contra a opressão colonial. O Congresso Muçulmano reivindicou igualdade plena e o reconhecimento do estatuto civil islâmico, levando o governo francês a conceder medidas parciais, ao autorizar o exercício do voto para a elite muçulmana sem a imposição de renúncia à sua identidade religiosa⁷.

Após a Segunda Guerra, diante da ausência de concessão de independência, as manifestações em favor da libertação foram duramente reprimidas, desencadeando insurreições que culminaram na eclosão da Guerra de Independência da Argélia⁸. Na década de 1950, descobertas de petróleo e gás natural reforçaram a ideia de uma “Argélia francesa”. Movimentos pró-independência, como a Frente de Libertação Nacional (FLN), ganharam apoio popular. A guerra começou em 1954, com a FLN recebendo apoio internacional. Em 1962, o Acordo de Évian estabeleceu um cessar-fogo e a independência argelina foi conquistada. Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu um renascimento islâmico na Argélia. Malek Bennabi, um filósofo político argelino, destacou a necessidade de discutir o Islã de forma universal e moderna. Todavia, em 1982, conservadores propuseram a aplicação rigorosa da Lei Islâmica e outras medidas restritivas, exemplificando os desafios na busca por um equilíbrio entre tradição e modernidade⁹.

⁶ Neste trabalho a utilização do Islã em singular se refere ao Islã argelino.

⁷ SAMPAIO, 2019.

⁸ SAMPAIO, 2019.

⁹ SALHI, Zahia Smail. The Algerian feminist movement between nationalism, patriarchy and Islamism. *Women's Studies International Forum*, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 113-124, 2010. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0277539509001344>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MOVIMENTO FEMINISTA ARGELINO

Na Argélia colonial, o surgimento da revolução feminista na década de 1940 ocorreu em um contexto marcado por extrema violência de gênero, no qual o estupro era empregado como instrumento de dominação e opressão sobre as mulheres colonizadas. Essa violência transformou os corpos femininos em alvos políticos sob controle colonial, focando-se não no sofrimento individual das vítimas, e sim na honra manchada das famílias. Tal dinâmica culminou no isolamento e afastamento das mulheres da esfera pública. Em áreas rurais, sobretudo, o temor de agressões sexuais intensificava a restrição de mobilidade, agravando sua marginalização social¹⁰.

Como consequência, os membros masculinos dos núcleos familiares passaram a constituir a única fonte de sustento monetário, o que contribuiu para o agravamento do grau de pobreza entre as famílias argelinas e, por conseguinte, para o acirramento das tensões intrafamiliares. Esses sustentáculos familiares eram rotineiramente explorados no trabalho e humilhados na esfera pública e, como desdobramento, transferiam suas frustrações e violências para o espaço doméstico, dirigindo-as contra suas parceiras. Assim, instaurava-se uma dinâmica de reprodução da crueldade vivida pelos trabalhadores colonizados, de modo que as mulheres argelinas se viam submetidas a uma dupla experiência de humilhação e alienação, já que tanto a esfera pública quanto a privada lhes eram hostis¹¹.

Na perspectiva dos colonos, as mulheres nativas eram concebidas como seres exóticos, e essa rotulagem estendia-se a toda a sociedade argelina. Durante o período colonial, culturas tidas como 'menos desenvolvidas' eram sumariamente classificadas como não civilizadas e estranhas, por serem vistas como fundamentalmente diferentes dos princípios europeus. Essa concepção servia de sustentáculo ideológico para a dominação, baseando-se em construções que atribuíam às populações colonizadas primitividade, incapacidade, traços animais e, por fim, a condição de alteridade¹².

Ao longo do tempo, a condição das mulheres argelinas agravou-se, mantendo-se a desigualdade tanto em áreas rurais quanto urbanas. Apesar do isolamento, elas assumiram o papel de guardiãs do lar e dos valores tradicionais islâmicos, transformando

¹⁰ SALHI, 2010, p. 114.

¹¹ SALHI, 2010, p. 114.

¹² KAPUR, Ratna. *Erotic Justice: Law and the New Politics of Postcolonialism*. London: Routledge, 2005. p. 62.



a residência em um espaço de preservação do orgulho e da identidade cultural. Consciente da importância desse papel, o colonizador buscou imbuir essas mulheres dos valores ocidentais, partindo do pressuposto de que, ao controlar as mulheres, seria possível dismantlar a cultura argelina e consolidar seu domínio sobre a sociedade. Posteriormente, no âmbito do projeto colonial, os franceses responsabilizaram os homens argelinos pelo isolamento e marginalização das mulheres. Tais iniciativas, revestidas de caráter “humanitário”, reforçaram a narrativa que atribuía aos homens a condição de opressores e legitimavam a necessidade de “resgatar” as mulheres e integrá-las aos valores ocidentais, como meio de exercer controle sobre toda a sociedade argelina¹³.

Inicialmente, os partidos islâmicos argelinos, em sua maioria, não consideravam a questão feminina uma prioridade, concentrando-se na resistência ao domínio colonial. Em contrapartida, o Partido Comunista Argelino (PCA) defendia a igualdade de gênero e, em 1943, fundou a União das Mulheres da Argélia (UFA), destinada a conscientizar as mulheres sobre sua situação, promover a educação de meninas em áreas urbanas e rurais, e incentivar sua participação social. Com a crescente presença feminina nas mobilizações anticoloniais, observou-se uma mudança na postura dos partidos políticos em relação aos direitos das mulheres. Reconhecendo o papel decisivo das mulheres na resistência nacionalista, os partidos passaram a integrar a participação feminina na luta pela independência. As mulheres destacaram-se como líderes na resistência, demonstrando sua capacidade de enfrentar o colonialismo e evidenciando a necessidade de incorporar a igualdade de gênero à agenda nacionalista. Assim, a luta pela independência passou a confluir com a luta pela emancipação feminina, unificando ambos os objetivos contra a opressão colonial¹⁴.

¹³ SALHI, 2010, p. 114.

¹⁴ SALHI, 2010, p. 115.

Já em 1947, em virtude da crescente relevância feminina no cenário político, Mamia Chentouf¹⁵ e Nafissa Hamoud¹⁶ criaram a Associação das Mulheres Muçulmanas Argelinas (AFMA). Esta organização focou em assistência social, oferecendo ajuda às famílias, cuidados aos enfermos e distribuição de roupas e alimentos. Além disso, promoveu a conscientização política e incentivou a educação de meninas e meninos. Em conjunto com a União das Mulheres da Argélia, a AFMA liderou um programa social significativo, que abrangeu áreas rurais e urbanas, contribuindo para a conscientização e mobilização política. A atuação dessas organizações foi crucial para integrar questões de gênero na luta pela independência e promover igualdade e justiça social¹⁷.

Esse engajamento sociopolítico foi determinante para dotar as mulheres da capacidade de superar os desafios da emancipação argelina. Contrariando a mentalidade dominante de restrição ao domínio doméstico, elas assumiram o papel central no conflito de 1954, incumbindo-se de novas funções e responsabilidades com notável coragem e determinação. Sua atuação teve profundo impacto no movimento de libertação, consolidando sua relevância social e demonstrando a tenacidade, a resiliência e a liderança feminina na construção da autonomia e da liberdade na Argélia¹⁸.

Com a implosão da luta armada, as líderes de ambas as associações femininas se integraram às fileiras dos combatentes da liberdade e impulsionaram suas integrantes a fazerem o mesmo. Em 1956, havia 49 mulheres entre os primeiros 1010 *moudjahiddine* (combatentes da liberdade), já no fim da revolução, somavam mais de 10.949 mulheres combatentes, das quais, 1.755 faziam parte do Exército Nacional de Libertação. Em adição, o número de mulheres *fida'iyat*¹⁹ chegou a 2.388. Elas desempenharam diversas

¹⁵ Mamia Chentouf (1922–2012) foi uma parteira e ativista argelina que fundou a Associação das Mulheres Muçulmanas Argelinas. Formada pela Universidade de Argel, ela participou do Movimento de Independência da Argélia e juntou-se à Frente de Libertação Nacional em 1954. Presa em 1955 e exilada na Tunísia, fundou a Sociedade do Crescente Vermelho Argelino. Após a independência, retornou a Argel, estudou ciências políticas e participou da União Nacional das Mulheres Argelinas. Em 1966, organizou a União Nacional das Mulheres Argelinas. STORA, Benjamin. *Dictionnaire biographique des militants nationalistes algériens*. Paris: L'harmattan, 1992. Disponível em: <https://www5.open.ac.uk/arts/research/ferguson-centre/teaching>. Acesso em: 7 jun. 2024.

¹⁶ Nafissa Hamoud (1924–2002) foi uma militante do FLN e fundadora da Associação das Mulheres Muçulmanas Argelinas. Foi uma das primeiras mulheres a estudar medicina em Argel. Abandonou a carreira médica para se unir ao FLN em 1954, onde organizou a infraestrutura sanitária das bases revolucionárias. STORA, 1992.

¹⁷ SALHI, 2010, p. 115.

¹⁸ SALHI, 2010, p. 115.

¹⁹ Termo árabe que se refere a mulheres combatentes na luta de resistência, especialmente aquelas envolvidas em operações de guerrilha e sabotagem durante a guerra de independência da Argélia contra o domínio colonial francês. SALHI, 2010.



funções cruciais, incluindo o contrabando de armas e dinheiro, a ocultação de combatentes em suas residências e a realização de tarefas domésticas para o sustento dos revolucionários, como cozinhar, lavar e costurar roupas surradas do conflito. Sob seus véus, escondiam mensagens, dinheiro e armas, e, disfarçadas como europeias, infiltravam-se nos bairros europeus para depositar explosivos durante a Batalha de Argel. Portanto, a atuação feminina na revolução transpôs a arcaica esfera privada e direcionou novas formas de mobilização e atuação no âmbito público²⁰.

A conjuntura do movimento feminista argelino no período pós-independência

A participação feminina na guerra de independência da Argélia foi vital para desafiar o patriarcado e transformar papéis de gênero, alterando a percepção global da revolução. Após a independência, o receio de que as mulheres retornassem à submissão confirmou-se na prática. O Estado e a sociedade argelinos excluíram as mulheres da esfera ativa, causando grande desilusão sobre o não reconhecimento de suas contribuições para a reconstrução nacional²¹.

Durante o governo de Mohamed Ahmed Ben Bella, as mulheres não tinham cargos políticos. Com o golpe de Houari Boumédiène em 1965, surgiram movimentos feministas, como a Associação Argelina para a Emancipação das Mulheres e o Comitê pela Igualdade Legal entre Homens e Mulheres. Em 1981, o grupo “Cem Mulheres Iradas” protestou contra o Código da Família e as leis tradicionalistas da *Sharia*, resultando em uma divisão entre aceitação e rejeição das propostas quando o governo ofereceu um prazo para emendas²². A urgência levou jovens ativistas feministas a buscar apoio das veteranas de guerra, cujas experiências conferiam prestígio. Juntas, protestaram em frente aos correios em Argel contra o Código da Família, exibindo slogans como “Não ao silêncio, Sim à Democracia!” e “Não à traição dos ideais de 1º de novembro de 1954!”. As veteranas transmitiram às novas gerações a mensagem de que a luta por liberdade, justiça e democracia continuava sendo uma batalha contínua²³.

As marchas e manifestações femininas na Argélia pós-colonial constituíram um marco significativo na história da desobediência civil, representando as primeiras mobilizações de mulheres em cerca de duas décadas. De acordo com socióloga argelina

²⁰ SALHI, 2010, p. 115.

²¹ SALHI, 2010, p. 116.

²² SALHI, 2010, p. 118.

²³ SALHI, 2010, p. 118.

Mariem Hélie-Lucas, muitas ativistas mantiveram-se em silêncio após a independência, temendo comprometer a imagem da revolução argelina, o que, em contrapartida, facilitou a consolidação do poder e a implementação de legislações discriminatórias²⁴. Essas mulheres, ao romperem o silêncio, estabeleceram um novo padrão de resistência e solidariedade, protestando contra o Código da Família de 1984, que continha disposições prejudiciais às mulheres, como a proibição de casar-se sem um guardião, a dificuldade de obter divórcio e a legalização da poligamia²⁵.

A luta das mulheres argelinas direcionou-se simultaneamente contra o Estado e contra setores islamistas, enfrentando, assim, uma opressão dupla. Algumas feministas criticaram práticas religiosas que, em sua interpretação, mantinham estruturas patriarcais, gerando tensões internas no movimento. Em resposta, emergiu o feminismo islâmico, que busca conciliar a igualdade de gênero com os preceitos do Islã, sustentando que são as interpretações patriarcais da religião — e não o Islã em si — que produzem a subjugação feminina²⁶. Feministas islâmicas utilizam métodos como *ijtihad* (interpretação de fontes religiosas) e *tafsir* (interpretação do Alcorão) para promover a equidade de gênero e desafiar interpretações patriarcais²⁷. Além disso, é importante notar que novas escritoras feministas islâmicas, adotando uma linha mais inclusiva e progressista, visam refutar as críticas do secularismo e, ao mesmo tempo, promover a justiça social²⁸.

Feminismo islâmico argelino: secularismo e o Islã

Por definição, os feminismos islâmicos consistem em discursos e práticas feministas que emergem de diferentes contextos islâmicos²⁹. A utilização do termo no plural destaca a não-existência de um Islã singular, refletindo a diversidade de identidades, interpretações e experiências nos múltiplos “Islãs” ao redor do mundo.

²⁴ LAWS, 1989 *apud* SALHI, 2010, p. 118.

²⁵ SALHI, 2010, p. 118.

²⁶ BARLAS, Asma. “*Believing women*” in *Islam*: unreading patriarchal interpretations of the Qur’ân. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 20; RHOUNI, Raja. *Secular and Islamic Feminist Critiques in the Work of Fatima Mernissi*. [S.l.]: Brill, 2010. p. 17. Disponível em: <https://brill.com/view/title/15825>. Acesso em: 17 maio 2024.

²⁷ AHMADI, Fereshteh. Islamic Feminism in Iran: Feminism in a New Islamic Context. *Journal of Feminist Studies in Religion*, Bloomington, v. 22, n. 2, p. 33-53, 2006. DOI: <https://doi.org/10.2979/fsr.2006.22.2.33>.

²⁸ BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: secular and religious convergences*. Oxford: Oneworld, 2009. (A Oneworld book). p. 324.

²⁹ BADRAN, 2009, p. 242.

Esses feminismos valorizam a pluralidade, celebrando as múltiplas vivências dentro das diversas tradições islâmicas, sem possuir uma identidade fixa³⁰. Assim, compreendem uma variedade de demandas e vertentes, não podendo ser generalizado ou entendido como único, pois suas propostas são profundamente influenciadas por diferentes contextos nacionais e realidades³¹.

Na conjuntura argelina, o movimento feminista islâmico floresceu na década de 1980 e se desdobrou em duas frentes: uma composta por mulheres progressistas e *moudjahidate* (veteranas de guerra), e outra por mulheres pertencentes à orientação islâmica tradicional. A diferença entre elas reside na vertente que cada grupo adota. O primeiro grupo alinha-se com concepções sociais modernas, buscando um entendimento secular-religioso na defesa dos direitos femininos e das causas nacionalistas argelinas. Em contrapartida, as mulheres da vertente tradicional reiteram a urgência de diminuir a visibilidade feminina e estabelecer uma sociedade inteiramente baseada na *Shariah*³². Embora apoiem integralmente as leis islâmicas, são incentivadas a se envolver em diversas atividades, inclusive a buscar conhecimento não religioso. Contudo, essa participação não é vista como empoderamento pela crítica, justamente por não se alinhar aos preceitos do feminismo hegemônico ou secular³³.

Consequentemente, há uma seletividade na escolha da relevância de certas opiniões de mulheres e pessoas de gênero diverso. Percepções de muçulmanas tradicionais, por exemplo, são rotuladas como arcaicas, fundamentalistas e primitivas. Por outro lado, a vertente argelina feminista de estrutura secular-religiosa é vista como detentora de visões mais legítimas, esclarecidas e contemporâneas. Este viés é ilustrado pela reação de uma autoridade do movimento feminista argelino secular após uma

³⁰ AL-HUMAI, Afaf M. H. *Expressions of Islamic Feminisms in Algeria and Saudi Arabia: Towards Intersectional and Feminist-postcolonial Approach*. Thesis (Doctor of Philosophy in Humanities) – The University of Manchester, Manchester, 2018. p. 21. Disponível em: https://pure.manchester.ac.uk/ws/portalfiles/portal/160456388/FULL_TEXT.PDF. Acesso em: 17 maio 2024.

³¹ BARLAS, 2002, p. 20; RHOUNI, 2010, p. 17.

³² Um sistema de leis islâmicas originado do Alcorão, o livro sagrado do Islã, e da *Sunnah*, ensinamentos e práticas do profeta Maomé. Este sistema abrange diversos aspectos da vida, incluindo práticas religiosas, comportamento moral, leis civis e criminais, e diretrizes para o cotidiano dos muçulmanos. A *Shariah* tem em vista orientar os muçulmanos a viver conforme a vontade de Alá, promovendo justiça, moralidade e harmonia na sociedade. A interpretação e aplicação dessas leis podem variar amplamente entre diferentes culturas e países muçulmanos, influenciadas por escolas jurídicas e contextos históricos específicos. Em alguns países, são incorporadas ao sistema legal estatal, enquanto em outros são aplicadas de maneira mais restrita, principalmente em questões familiares e pessoais.

³³ AL-HUMAI, 2018, p. 74.



manifestação feminista pró-fundamentalista. Essa líder direcionou críticas habituais ao Islã, sugerindo que as mulheres deveriam "se emancipar" do mecanismo de opressão religiosa para alcançar uma vida plena de direitos e liberdade³⁴.

Dessa forma, ao mapear as narrativas dominantes acerca do feminismo islâmico argelino, três vertentes principais são percebidas, a primeira que nega sua existência, reiterando uma seletividade que não reflete a realidade, além de negligenciar novas formas de teorização feminista e ativismo³⁵. A segunda reconhece sua existência, mas generaliza e pode o enquadrar (e frequentemente, enquadra) com características genéricas, determinando que as feministas islâmicas são arcaicas, dependentes, inaptas, voltadas apenas para o ambiente doméstico, vítimas de diversas formas de violência masculina, sistemas familiares árabes e códigos islâmicos³⁶. A terceira secular-religiosa, habitualmente, assume uma abordagem reducionista e estereotipada, revelando uma tensão intrínseca ao tentar conciliar perspectivas seculares e religiosas.

Movimentos feministas que se fundamentam, exclusivamente, no secularismo tendem a marginalizar ou excluir vozes religiosas, apoiando-se na premissa de separação entre religião e Estado como condição para a promoção da igualdade de gênero. No entanto, essa postura simplifica as complexas interseções entre identidade de gênero, fé e prática religiosa, desconsiderando as contribuições significativas de feministas que atuam dentro de contextos religiosos e que desafiam normas patriarcais. Ao negligenciar essas perspectivas, o feminismo secular pode reproduzir uma visão eurocêntrica e homogênea da emancipação, sem reconhecer que a luta pela igualdade de gênero pode ser articulada de maneiras diversas, respeitando simultaneamente a espiritualidade e a fé das mulheres³⁷.

No que concerne às mulheres muçulmanas, observa-se a convergência de discriminações relacionadas ao gênero e à etnia, bem como a influência determinante da religião na forma de tratamento, inclusive dentro do próprio movimento feminista. O silêncio feminista em relação à questão religiosa encontra raízes na secularização. Assim, essa problemática é sustentada pela visão negativa que certos estudos

³⁴ AL-HUMAI, 2018, p. 76.

³⁵ AL-HUMAI, 2018, p. 72-73.

³⁶ MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL/Editora da UFSC, 2017. p. 21-22.

³⁷ AL-HUMAI, 2018, p. 78.

feministas têm sobre a religião. Essa concepção pessimista sobre crenças e fé advém da possível relação com o patriarcado. Dessa forma, muitas autoras feministas tendem a artificializar o vínculo entre mulheres e religião, reduzindo as doutrinas clericais a meras molduras de jugo e submissão³⁸. Portanto, a escritora Elina Vuola³⁹ argumenta que, por um lado, há uma “cegueira” e resistência feminista em reconhecer a importância da religião para as mulheres, enquanto, por outro lado, existe um “paradigma religioso” nos estudos ocidentais, especialmente em relação aos países islâmicos⁴⁰. Apesar de haver uma ênfase maior na literatura sobre as mulheres e a religião, esse foco permanece em temas como o patriarcalismo e a privação de autonomia das mulheres do Islã. Assim, há uma visão orientalista na literatura feminista, que aborda predominantemente situações de opressão no islamismo, com pouca atenção à autonomia feminina ligada à religião⁴¹.

Saba Mahmood, em *Politics of Piety*⁴², analisa a agência feminina entre mulheres muçulmanas no Cairo, demonstrando que a atuação das mulheres em contextos religiosos não se reduz a um engajamento teórico distante das demandas feministas pela transformação das relações de gênero. Para Mahmood, compreender a mudança social requer examinar as práticas específicas de subjetivação que moldam os sujeitos dentro de determinados imaginários sociais. Nesse sentido, ela questiona a concepção dominante que identifica agência apenas como resistência explícita às normas, propondo uma perspectiva ampliada em que a agência também se manifesta no engajamento ético e disciplinar com práticas corporais e normativas que constituem modos de existência e formação do eu. Quando relacionada ao feminismo ocidental, essa abordagem evidencia limites do paradigma hegemônico, que tende a valorizar exclusivamente formas de resistência explícitas e visíveis. A análise sugere que as práticas cotidianas e a adesão ética a determinadas normas podem representar formas legítimas de agência feminina, desafiando a tendência do feminismo ocidental de universalizar suas concepções de liberdade e emancipação sem considerar contextos culturais e religiosos distintos⁴³.

³⁸ SALEM, Sara. Feminismo islâmico, interseccionalidad y decolonialidad. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 21, p. 111-122, 2014. p. 119. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39633821006>. Acesso em: 28 ago. 2024.

³⁹ VUOLA, 2001 *apud* SALEM, 2014, p. 116.

⁴⁰ SALEM, 2014, p. 117.

⁴¹ VUOLA, 2001 *apud* SALEM, 2014, p. 116.

⁴² MAHMOOD, Saba. *Politics of piety: the Islamic revival and the feminist subject*. Paperback reissue. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005. (Anthropology; Middle East Studies; Women's Studies).

⁴³ MAHMOOD, 2005.



No que tange à literatura feminista argelina, alguns autores argumentam que o feminismo na Argélia se desenvolveu em total dependência do feminismo francês, intrínseco a colonização. Além disso, sustentam que esse movimento só progrediu justamente pelo viés secular, ignorando as outras expressões feministas construídas no país⁴⁴. Assim, há uma invalidação dos feminismos islâmicos por enfatizarem a religiosidade, compreendida como opressiva, atrasada, androcêntrica⁴⁵ e patriarcal. Nesse sentido, ao invés de a escrita feminista secular se aliar às causas feministas islâmicas, tem-se observado a perpetuação de discursos islamofóbicos e orientalistas, reforçando uma visão equivocada e estereotipada do Oriente, neste caso direcionada ao Islã. Como resultado, o feminismo *mainstream* promove uma abordagem que aparenta ser uma expansão da “democracia”, através da difusão da temática dos direitos das mulheres, mas acaba revelando-se como uma forma contemporânea de política colonialista, que desumaniza muçulmanas e seus costumes culturais⁴⁶.

DECOLONIALIDADE E SOLIDARIEDADE FEMINISTA

A imposição das crenças católicas europeias deslegitimou e suprimiu o islamismo e outras formas de religiosidade, sustentando uma perspectiva eurocêntrica que considerava os povos colonizados como inferiores. A análise de Aníbal Quijano e Maria Lugones mostra como essas imposições continuam a influenciar relações de poder e identidades. O feminismo *mainstream*, com raízes eurocêntricas, frequentemente marginaliza experiências não europeias, enquanto o feminismo argelino se revela diversificado e desafiador, refletindo a complexidade das identidades femininas e a necessidade de uma abordagem decolonial inclusiva. A partir dos processos coloniais, fica evidente a importância extrema que a religião e a dominação exerceram na experiência colonial. No contexto argelino, essa dinâmica foi particularmente acentuada por meio da opressão francesa. A instituição católica europeia desempenhou um papel crucial, impondo suas crenças e práticas e, ao mesmo tempo, suprimindo e deslegitimando formas religiosas não-europeias, como o islamismo. Esse processo de

⁴⁴ AL-HUMAI, 2018, p. 74.

⁴⁵ NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. *COGNITIONIS Scientific Journal*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, 2020. p. 2. DOI: <https://doi.org/10.38087/2595.8801.09>.

⁴⁶ MAHMOOD, 2005, p. 155; AHMADI, 2006, p. 5-13.



imposição religiosa serviu como uma ferramenta de controle social e cultural, silenciando as tradições religiosas locais e reforçando a hegemonia europeia⁴⁷.

Na lógica eurocêntrica dominante, os povos colonizados eram frequentemente retratados como irracionais e inferiores, sendo seus sistemas de crenças rotulados como primitivos e místicos. Isso ocorria porque o conhecimento racional e a religião considerada “verdadeira” eram vistos como exclusivos da Europa. Ao desqualificar os saberes locais, essa ótica reafirmava uma hierarquia que naturalizava a dominação colonial, legitimando a ideia de uma superioridade cultural e epistemológica europeia frente aos povos não europeus⁴⁸.

Aníbal Quijano⁴⁹ elabora uma análise crítica da visão eurocêntrica que estrutura poder, conhecimento e subjetividade em escala global. Sua tese sustenta que, desde os primórdios do colonialismo, a doutrina católica apostólica romana — associada à cultura, língua e costumes europeus — foi elevada a parâmetro normativo. Esse enquadramento legitimou a dominação colonial, fundamentando a alegada superioridade dos colonizadores em relação aos povos considerados primitivos e inferiores, provenientes de territórios não europeus e não cristãos e, conseqüentemente, rotulados como não civilizados. Essa imposição reconfigurou profundamente as relações sociais e de poder, estabelecendo, por meio da colonialidade do poder, uma hierarquia racial que coloca os europeus no ápice da ordem social. Nesse contexto, o eurocentrismo consolidou sua epistemologia como paradigma hegemônico, relegando e deslegitimando os conhecimentos e práticas culturais dos povos colonizados, o que reforçou a crença na superioridade do saber europeu.

Ademais, Maria Lugones⁵⁰ amplia o conceito de colonialidade de Quijano ao incorporar a dimensão de gênero e as estruturas patriarcais, introduzindo, assim, a noção de colonialidade de gênero. Ela argumenta que o sistema de gênero imposto pelo colonialismo capitalista eurocêntrico é essencialmente heterocisnormativo e patriarcal, circunscrevendo os poderes das mulheres através do acesso sexual compulsório e

⁴⁷ AMARO, Flávia Ribeiro. Um giro epistemológico nos estudos sobre religião: A decolonialidade do sagrado. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem (TEL)*, v. 13, n. 1, p. 151-171, jan./jun. 2022. p. 154-155. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220011>.

⁴⁸ AMARO, 2022, p. 154.

⁴⁹ QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. [S.l.]: CLACSO, 2020. p. 361-362; AMARO, 2022, p. 155.

⁵⁰ LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.



perpetuando a dominação patriarcal e racializada. Portanto, a teoria decolonial se propõe a analisar as consequências profundas da manutenção contínua das estruturas de poder e hierarquias sociais estabelecidas durante o período colonial. Ela engloba uma ampla gama de questões, desde as relacionadas à religião até as que envolvem o patriarcado, dicotomia de gênero, conceitos de raça e diversos outros aspectos que moldaram e continuam a influenciar as dinâmicas sociais e políticas no contexto capitalista mundial.

A perspectiva do feminismo ocidental hegemônico, que tende a caracterizar todas as tradições religiosas como intrinsecamente patriarcais e opressivas, pode ser compreendida como uma extensão do eurocentrismo criticado por Quijano e Lugones. Ao universalizar o saber europeu e elevá-lo à condição de parâmetro absoluto, tal abordagem deslegitima e marginaliza os saberes, práticas e experiências culturais de mulheres provenientes de contextos não europeus. Nesse processo, frequentemente se ignora a diversidade e a complexidade das vivências femininas, bem como as múltiplas formas pelas quais mulheres, em diferentes culturas e tradições religiosas, articulam estratégias de negociação, resistência e afirmação de sua agência⁵¹.

Nesse contexto, a solidariedade feminista desempenha um papel central, pois valoriza essas diversidades e promove ações coletivas voltadas ao enfrentamento de desigualdades e injustiças em escala global. Por meio desse princípio, indivíduos e organizações se articulam em torno de uma concepção compartilhada de justiça de gênero e empoderamento feminino, estabelecendo um terreno comum para cooperação e engajamento mútuo. Ao transpor barreiras culturais, sociais e estereótipos, a solidariedade fortalece vínculos de apoio, compreensão e colaboração, reconhecendo as especificidades das diferentes experiências e contextos vividos por mulheres em diversas regiões⁵². Assim, ela fortalece a união entre os atores sociais e se estabelece como fator indispensável para a concretização de práticas efetivas de igualdade e justiça social, firmando-se como um elemento estratégico e normativo da luta feminista contemporânea.

A crítica ao feminismo ocidental se acentua quando o debate recai sobre a religião. Nesse âmbito, o secularismo transcende a separação formal entre Estado e religião, operando como um regime normativo que regula as subjetividades religiosas,

⁵¹ SALEM, 2014, p. 119.

⁵² SCHOLZ, Sally J. Transnational feminist solidarity and lessons from the 2011 protests in Tahrir Square. *Global Discourse*, Bristol, v. 4, n. 2-3, p. 205-219, 2014. p. 206. DOI: <https://doi.org/10.1080/23269995.2014.914369>.

definindo o que é considerado religião, quem a pratica e de que modo. Nesse cenário, o feminismo secular reivindica a defesa da liberdade e dos direitos das mulheres e identidades de gênero diversas, mas frequentemente desqualifica práticas religiosas, como o uso do véu, associando emancipação à renúncia da fé. Pinar Kemerli⁵³, em diálogo com Saba Mahmood, evidencia que esse enquadramento sustenta um imaginário orientalista que projeta o Ocidente como racional e emancipado, enquanto constrói o Islã como atrasado e opressor⁵⁴. Joan Scott⁵⁵, em *Sex and Secularism*, demonstra que tal lógica deriva da narrativa iluminista do triunfo da razão sobre a religião, que legitima a igualdade de gênero no Ocidente, enquanto cristaliza o islamismo como paradigma da opressão. Asma Lamrabet⁵⁶ assinala que tais narrativas tendem a homogeneizar contextos islâmicos plurais e a obliterar a misoginia persistente em sociedades seculares ocidentais. Conforme Sara Salem⁵⁷, a ontologia secular que sustenta o feminismo ocidental se apresenta como neutra e universal, mas ao fazê-lo oculta suas raízes histórico-culturais e limita o reconhecimento de experiências religiosas. Portanto, a análise do feminismo ocidental, da solidariedade feminista e do secularismo exige a integração de perspectivas decoloniais e solidárias. O objetivo é valorizar a pluralidade cultural e religiosa das mulheres e fomentar um feminismo que seja, ao mesmo tempo, inclusivo, crítico e atento às vivências em contextos não europeus.

O movimento feminista islâmico argelino na busca por uma abordagem decolonial solidária

Como antevisto, enquanto as feministas seculares enfatizam frequentemente a laicidade, as ativistas muçulmanas muitas vezes incorporam discursos islâmicos para reivindicar direitos em um contexto religioso. Essa diversidade revela distintas

⁵³ KEMERLI, Pinar. Thinking critically with Saba Mahmood. *Radical Philosophy*, [S.l.], n. 205, p. 60-65, 2019. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/thinking-critically-with-saba-mahmood>. Acesso em: 14 set. 2025.

⁵⁴ NAVARRO, Ale Rodríguez. Feminismo Orientalista, Secularismo y la Construcción de las Mujeres Musulmanas como Oprimidas. *Miscelánea Filosófica ἀρχή Revista Electrónica*, [S.l.], v. 9, n. 25, p. 110-138, 2025. Disponível em: <https://www.miscelaneafilosofica.unach.mx/index.php/arche/article/view/197>. Acesso em: 14 set. 2025.

⁵⁵ SCOTT, Joan Wallach. *Sex and Secularism*. Princeton: Princeton University Press, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvc7792k>. Acesso em: 14 set. 2025.

⁵⁶ LAMRABET, Asma. *Women and men in the Qur'ān*. Trad. M. Salem-Murdock. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

⁵⁷ SALEM, 2014, p. 117.



interpretações do feminismo, expressando simultaneamente a complexidade das identidades femininas na Argélia contemporânea, nas quais as mulheres frequentemente transitam entre múltiplas dimensões culturais, religiosas e políticas⁵⁸.

Observa-se, no movimento feminista argelino, certa indiferença em relação às perspectivas islâmicas, resultado da influência persistente de valores ocidentais que permeiam a teoria feminista local. Tal postura acarreta a exclusão de vozes religiosas dentro do movimento, restringindo a amplitude das demandas feministas e alienando uma parcela significativa da população feminina argelina. Contudo, ao adotar uma abordagem decolonial que reconheça as contínuas relações de poder eurocentradas, possibilita-se desenvolver estratégias para superar essas limitações e fomentar uma solidariedade feminista mais inclusiva. Assim, a colonialidade, que se estende além do colonialismo formal, perpetua estruturas de dominação que favorecem as antigas metrópoles e subordinam os países do Sul Global. Essas relações não se restringem ao âmbito econômico, abrangendo também dimensões sociais, culturais e epistemológicas, influenciando profundamente as dinâmicas de opressão e desigualdade nesses contextos⁵⁹. Dessa forma, mesmo no feminismo argelino, a negligência dirigida às mulheres muçulmanas feministas revela a persistência das raízes coloniais⁶⁰. Assim, a abordagem solidária é integrada nesse meio para valorizar as diferenças intrínsecas entre as diversas vertentes do feminismo, utilizando-as como elementos de fortalecimento e enriquecimento do movimento.

Em vez de criar divisões, a perspectiva decolonial solidária visa integrar as diversas identidades culturais, religiosas e políticas, permitindo uma união mais ampla e coesa⁶¹ entre as mulheres na luta por seus direitos e reconhecimento na sociedade argelina. Ela também identifica uma ampla gama de subordinações e exclusões em variados contextos, firmando um comprometimento conjunto para enfrentar todas as formas de discriminação e injustiça. Ao confrontar as opressões herdadas do colonialismo e reconhecer as diferenças entre as mulheres e dissidentes de gênero na Argélia, essa articulação propicia novas formas de compreender e reivindicar igualdade e justiça⁶². O resultado é a construção de um feminismo mais consistente e resiliente,

⁵⁸ SALHI, 2010, p. 115-116.

⁵⁹ QUIJANO, 2020, p. 360.

⁶⁰ AL-HUMAI, 2018, p. 76.

⁶¹ SCHOLZ, 2014, p. 206.

⁶² MOHANTY, 2003, p. 17.



apto a atender às demandas específicas de mulheres historicamente marginalizadas e silenciadas, assegurando um futuro digno, independentemente de religião ou vertente⁶³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo na Argélia pós-colonial apresenta uma complexidade marcada pelas especificidades históricas, sociais e políticas do país. Após a independência em 1962, as mulheres enfrentaram restrições impostas por estruturas patriarcais persistentes. As reformas sociais e políticas implementadas não alteraram plenamente as normas tradicionais, e o Código da Família de 1984, apesar de estabelecer uma base legal para questões familiares, reforçou papéis de gênero convencionais e restringiu direitos femininos. Essa realidade gerou reações significativas entre ativistas, que buscaram reformas para assegurar maior equidade e justiça.

O feminismo argelino passou por um processo de evolução ao incorporar vertentes islâmicas, que buscam conciliar os objetivos feministas com princípios religiosos, enfrentando desafios na articulação entre perspectivas seculares e islâmicas. Nesse contexto, a adoção de uma abordagem decolonial solidária mostra-se fundamental, ao questionar os legados coloniais e as interpretações pós-coloniais que moldam os papéis de gênero. Essa perspectiva permite reconhecer as múltiplas formas de opressão e as relações de poder herdadas da colonialidade, promovendo uma solidariedade que valoriza a diversidade e a pluralidade das experiências femininas. Ao integrar mulheres e pessoas de gênero diverso, superando divisões e respeitando particularidades culturais, religiosas e políticas, permite-se construir uma sociedade mais justa, inclusiva e sensível à complexidade das identidades e vivências femininas.

O artigo sobre o feminismo na Argélia pós-colonial contribui significativamente para os estudos de gênero, ao fornecer uma análise detalhada das dinâmicas e desafios enfrentados pelas mulheres em contextos pós-coloniais. Examina como legados coloniais e tradições patriarcais moldam o feminismo argelino, enfatizando a interação entre gênero, religião e colonialismo. A análise das tensões entre feminismos seculares e islâmicos fornece uma perspectiva crítica solidária sobre sua coexistência. As conclusões derivadas são pertinentes para a formulação de políticas e práticas voltadas

⁶³ MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2003. p. 2.



à promoção dos direitos das mulheres na Argélia e em contextos sociopolíticos semelhantes.

REFERÊNCIAS

AHMADI, Fereshteh. Islamic Feminism in Iran: Feminism in a New Islamic Context. *Journal of Feminist Studies in Religion*, Bloomington, v. 22, n. 2, p. 33-53, 2006. DOI: <https://doi.org/10.2979/fsr.2006.22.2.33>.

AL-HUMAI, Afaf M. H. *Expressions of Islamic Feminisms in Algeria and Saudi Arabia: Towards Intersectional and Feminist-postcolonial Approach*. Thesis (Doctor of Philosophy in Humanities) – The University of Manchester, Manchester, 2018. Disponível em: https://pure.manchester.ac.uk/ws/portalfiles/portal/160456388/FULL_TEXT.PDF. Acesso em: 17 maio 2024.

AMARO, Flávia Ribeiro. Um giro epistemológico nos estudos sobre religião: A decolonialidade do sagrado. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem (TEL)*, v. 13, n. 1, p. 151-171, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220011>.

BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: secular and religious convergences*. Oxford: Oneworld, 2009. (A Oneworld book).

BARLAS, Asma. *“Believing women” in Islam: unreading patriarchal interpretations of the Qur’ān*. Austin: University of Texas Press, 2002.

CHATTERJEE, Partha. *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. New York: Columbia University Press, 2004. (Leonard Hastings Schoff memorial lectures).

KAPUR, Ratna. *Erotic Justice: Law and the New Politics of Postcolonialism*. London: Routledge, 2005.

KEISTER, Lisa A.; SOUTHGATE, Darby E. *Inequality: a contemporary approach to race, class, and gender*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2012.

KEMERLI, Pinar. Thinking critically with Saba Mahmood. *Radical Philosophy*, [S.l.], n. 205, p. 60-65, 2019. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/thinking-critically-with-saba-mahmood>. Acesso em: 14 set. 2025.

LAMRABET, Asma. *Women and men in the Qur’ān*. Trad. M. Salem-Murdock. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.

MAHMOOD, Saba. *Politics of piety: the Islamic revival and the feminist subject*. Paperback reissue. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005. (Anthropology; Middle East Studies; Women’s Studies).



MINORITY RIGHTS GROUP. *Amazigh in Algeria*. Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/amazigh/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL/Editora da UFSC, 2017. p. 21-22.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. *COGNITIONIS Scientific Journal*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, 2020. DOI: <https://doi.org/10.38087/2595.8801.09>.

NAVARRO, Ale Rodríguez. Feminismo Orientalista, Secularismo y la Construcción de las Mujeres Musulmanas como Oprimidas. *Miscelánea Filosófica αρχή Revista Electrónica*, [S.l.], v. 9, n. 25, p. 110-138, 2025. Disponível em: <https://www.miscelaneafilosofica.unach.mx/index.php/arche/article/view/197>. Acesso em: 14 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. [S.l.]: CLACSO, 2020.

RHOONI, Raja. *Secular and Islamic Feminist Critiques in the Work of Fatima Mernissi*. [S.l.]: Brill, 2010. Disponível em: <https://brill.com/view/title/15825>. Acesso em: 17 maio 2024.

SALEM, Sara. Feminismo islâmico, interseccionalidad y decolonialidad. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 21, p. 111-122, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39633821006>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SALHI, Zahia Smail. The Algerian feminist movement between nationalism, patriarchy and Islamism. *Women's Studies International Forum*, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 113-124, 2010. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0277539509001344>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SAMPAIO, Thiago Henrique. Argélia e a questão colonial: interpretações sobre o colonialismo. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 1, p. 132-154, jan./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.1.02>.

SCHOLZ, Sally J. Transnational feminist solidarity and lessons from the 2011 protests in Tahrir Square. *Global Discourse*, Bristol, v. 4, n. 2-3, p. 205-219, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/23269995.2014.914369>.

SCOTT, Joan Wallach. *Sex and Secularism*. Princeton: Princeton University Press, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/j.ctvc7792k>. Acesso em: 14 set. 2025.

STORA, Benjamin. *Dictionnaire biographique des militants nationalistes algériens*. Paris: L'harmattan, 1992. Disponível em: <https://www5.open.ac.uk/arts/research/ferguson-centre/teaching>. Acesso em: 7 jun. 2024.

Recebido em: 29 ago. 2024.

Aceito em: 29 set. 2025.